

# Projeto Unidade Referencial Jequitibá: inclusão produtiva através da educação profissional e tecnológica

## Marilise Doege Esteves

Mestrado em Educação pela Universidade de La Coruña.  
Pró-Reitora de Extensão do Instituto Federal de Rondônia – IFRO.

*E-mail:* proex@ifro.edu.br

## Marcos Rodrigo Gomes da Silva

Técnico em Agropecuária pelo Instituto Federal de Rondônia, Câmpus Colorado do Oeste. Coordenador da Unidade Técnica Estadual do Programa Nacional de Crédito Rural. Emater/Seagri-RO

*E-mail:* marcosrodrigo@emater-ro.com.br

## Shalimar de Alcântara Souza

Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Fundação Abrace/Brasil. Analista do Seguro Social - INSS – RO com Formação em Serviço Social. Rolim de Moura.RO

*E-mail:* shalimarjp@hotmail.com

## Palavras-chave

Políticas públicas. Educação. Inclusão social. Empoderamento. Comunidade. Democracia.

## Referential Jequitibá Unit Project: productive inclusion by means of professional and technological education

## Abstract

*The aim of this article is to bring up new perspectives on education for those who have been apart from the possibility of accessing education. Public policies on professional and technological education have brought better opportunities for population of rural areas, reaching distant places, and vulnerable populations. Social inclusion emerges as a consequence of these policies, and promotes sustainable development, through productive inclusion and access to quality education.*

## Keywords

*Public policies. Education. Social inclusion. Empowerment. Community. Democracy.*

## Resumo

O objetivo deste artigo é elencar novas perspectivas em educação para populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de acesso à educação. Políticas públicas em educação profissional e tecnológica propiciam melhores oportunidades populações da área rural, alcançando locais distantes e populações vulneráveis. A inclusão social emerge como consequência dessas políticas públicas e promove um desenvolvimento sustentável, através de inclusão produtiva e acesso à educação de qualidade.

## INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os IFs, surgem no final de 2008, através do sancionar da Lei nº 11.892, apresentando à nação um projeto inovador, arrojado e desafiador: ir além do já feito, ir além do conhecido e realizar uma educação mais inclusiva, libertária e sustentável.

Com a definição do território de abrangência das ações, uma estrutura *multicampi* e o compromisso de intervir nas respectivas regiões através da identificação de questões constritoras do desenvolvimento local, bem como de ofertar

soluções técnicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social efetiva, os institutos federais representam hoje uma real oportunidade de transformação social por todo o Brasil.

Para as políticas **públicas para a** educação profissional e tecnológica, a dimensão endógena do desenvolvimento representa fundamental indicador, o papel estratégico dos Institutos como instrumentos de políticas públicas emerge forte.

A superação das contradições existentes com políticas em educação aplicadas pelos institutos federais atende a um preceito constitucional pelo direito de todos à educação de qualidade e tem como preceito os interesses da sociedade, das comunidades. A atuação dos institutos fomenta e favorece os arranjos produtivos, culturais e sociais locais (APLs) e promove o desenvolvimento local e regional.

Da conduta articulada ao entorno, ao contexto em que estão instalados, relacionando-se com a vocação produtiva da região, elevando o padrão de qualificação e inserção da força produtiva, bem como incrementando novos saberes aos tradicionais, os institutos impactam positivamente no perfil social econômico político e cultural de sua região.

Assim, questões inerentes ao desenvolvimento são elencadas em sintonia com as questões e demandas sociais relevantes. O impacto da presença de uma instituição pública referência em educação de qualidade e em bons serviços prestados à sociedade brasileira há 103 anos é forte e imediato. Os institutos se instalam na região, os resultados emergem rápida e positivamente.

Compreendendo que as políticas públicas estão em constante e permanente construção nas suas múltiplas dimensões, e que a qualificação profissional é uma estratégica política pública, fundamental para a inclusão de milhões em nosso país, aumenta a responsabilidade dos institutos em fomentar a educação nos mais distantes espaços brasileiros. Aumentar a abrangência das ações educativas e de inclusão ao ambiente de formação é condição política indiscutível para o real desenvolvimento da Nação.

Em Rondônia, o impacto da chegada da instituição foi sentido no âmbito interno e externo com extraordinária força. A esperança de muitos por uma educação de qualidade tomou novo fôlego, trouxe novo brilho aos olhos de famílias inteiras.

## DESENVOLVIMENTO

Para compreensão da aplicação das políticas públicas de educação profissional e tecnológica, relataremos as bases do construto teórico, metodológico e legal dessa ação que redundou numa ação efetiva de inclusão produtiva e social relevante para a região. Discorreremos também sobre os impactos decorrentes da ação principal, dos movimentos emergentes, dos resultados observados nos dois anos de execução do projeto.

No âmbito dos institutos federais, a *extensão* exerce uma figura estratégica: dialoga, ouve, prospecta, apresenta a instituição, busca soluções de modo conjunto com a comunidade, fomenta a inclusão ao ambiente educativo.

O diálogo com as comunidades da região iniciou-se nos primeiros dias de 2009, quando o Centenário da Rede estava sendo celebrado; surgia aí a oportunidade de apresentar o trabalho já reconhecido no Brasil ao estado que somente agora recebia essa instituição. Rondônia passava então a fazer parte da história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A oportunidade de conhecimento mútuo entre o Assentamento Florestal Jequitibá e Instituto Federal de Rondônia deu-se de forma inusitada: após breve contato com alguns agricultores, houve a confirmação de uma visita da comunidade ao instituto. Nada menos que um ônibus estacionou em frente à Reitoria: mulheres, crianças, homens, a comunidade estava lá em peso! Olhares desconfiados, porém alegres, sorrisos contidos, gestos comedidos. Afinal, disseram eles depois dos momentos iniciais, *nunca havíamos estado num lugar como este!*

A apresentação do Instituto Federal de Rondônia foi feita num clima de naturalidade, de acolhimento.

Afinal, por que viera o instituto para Rondônia? O que podia fazer por eles? Como eles podiam acessar o instituto?

Das ansiosas perguntas feitas, a certeza de que havia possibilidades de atendimento a toda aquela gente, sim.

Os parceiros já estavam ombro a ombro com o instituto, a Seagri-RO e a Emater abriram os caminhos, em ambas as direções. Estava estabelecido o início de uma relação de confiança e de esperança entre uma comunidade vulnerável, distante da possibilidade de acesso à educação e à tecnologia gerada no Instituto Federal de Rondônia. Restava saber como seria possível atuar e beneficiar a comunidade. O mote inicial assegura: “nova modelagem é possível”. E na troca com a comunidade do Jequitibá, as respostas surgiram. Era confiar e trabalhar!

Muitas reuniões se fizeram necessárias, pois afinal ouvir a comunidade era fundamental. Técnicos da Emater, atentos e dedicados, trouxeram informações relevantes, consolidaram com suas idas e vindas o processo de construção de um projeto inovador que, em dois anos, beneficiou 90 famílias do assentamento.

O instituto abriu suas portas: três câmpus, estrategicamente localizados, ofertaram à população do Assentamento Jequitibá um curso de formação inicial e continuada (FIC), de 180 horas em agricultura familiar. Do preconizado na Lei nº11.892, para a realidade, para a ação. Uma população parte de importante projeto nacional de reforma agrária estava tendo acesso inédito à educação e à tecnologia geradas num instituto federal. A nova realidade mudaria, a partir dos idos de 2010, a expectativa e a realidade da vida das pessoas no Assentamento Jequitibá. Após o segundo curso, já em 2012, os depoimentos são uníssimos: *nossa vida está melhor! Queremos mais cursos, queremos o instituto aqui!*, dizem as famílias dos agricultores.

O Assentamento Florestal Jequitibá está localizado no município de Candeias do Jamari. O PAF Jequitibá, Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, é

assistido pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, denominado Ates, através da Emater/RO. Esse programa visa prover assessoria técnica, social e ambiental às famílias assistidas pelo Incra nos projetos de assentamento da Reforma Agrária, integrando-as à dinâmica do desenvolvimento regional de forma sustentável. O assentamento tem assim características diferenciadas, posto que tem por finalidade o manejo comunitário e sustentável da floresta.

O PAF Jequitibá localiza-se na Zona 2.1 do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), segundo a aproximação que caracteriza áreas com usos controlados, áreas com potencialidades naturais, sobretudo a florestal (exploração madeireira e não madeireira). Apresenta como diretriz prioritária o ordenamento do aproveitamento dos recursos naturais e a manutenção das atividades agropecuárias existentes, sem estimular a sua expansão, fomentando as atividades de manejo florestal e do extrativismo, de acordo com a Lei Complementar n.º 233, de 06 de junho de 2000, que trata do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia – Lei do ZSEE-RO.

Os 138 mil hectares da área do assentamento estão destinados a 516 famílias, das quais 269 já estavam identificadas e cadastradas. O perfil da população beneficiária é de agricultores, homens e mulheres, assentados da Reforma Agrária. Essas famílias têm enfrentado toda sorte de dificuldades para se manter em suas pequenas propriedades, lotes de 200 hectares dos quais 190 hectares destinados ao manejo florestal e 10 hectares, à agricultura familiar.

Para a maioria, os programas de transferência de renda são a principal fonte de subsistência, seguida da venda da mandioca e do abacaxi, produzidos em pequena escala. Melhorar as condições de vida e de permanência no assentamento, promover a segurança alimentar das famílias e incluir produtivamente os agricultores foi o objetivo estratégico que alavancou o projeto, denominado então Projeto Unidade Referencial Jequitibá.

As famílias contempladas pelo Projeto Unidade Referencial atenderam aos seguintes requisitos: residir na área destinada ao pólo produtivo do assentamento e firmar um termo de cooperação para trabalho comunitário. A relação de beneficiários foi elaborada coletivamente pelos próprios assentados da Agrovila Boa Esperança e os técnicos da Emater/Ates. Foi levada em consideração a participação dos agricultores nas atividades de Ates já desenvolvidas e o perfil para o trabalho comunitário.

O Projeto de Unidade Referencial alcançou um objetivo educacional importante, à medida que serviu de modelo para a sensibilização das demais famílias do assentamento, fomentando a adoção do modelo de gestão participativa em suas propriedades, o que vem fortalecendo a economia local.

A inserção de novos hábitos alimentares no cotidiano das famílias por meio das práticas

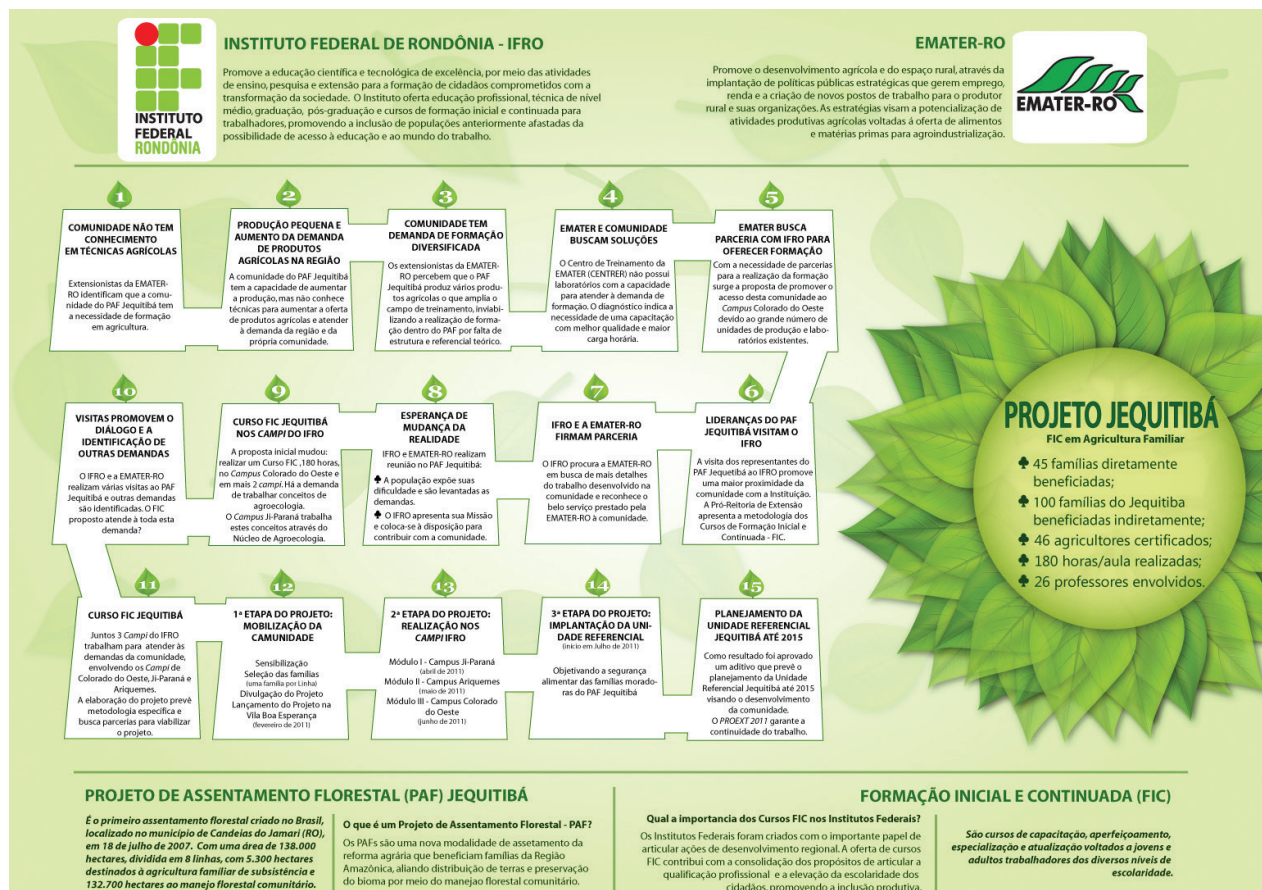
produtivas alimentares melhorou as condições de segurança alimentar.

A metodologia aplicada foi a de Acesso e Permanência Mulheres Mil, uma metodologia transferida do Canadá pelo Programa Nacional Mulheres Mil, um programa de gênero, visando a elevação de escolaridade e a inclusão produtiva de populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de acesso à educação.

Acolhimento, respeito aos saberes e dispensa de pré-requisitos na formação escolar facilitam e motivam adultos, há algum tempo afastados da escola, a voltar ao ambiente escolar. A própria grade curricular, com as 180 horas de aula, foi construída com a participação dos agricultores, a partir de suas necessidades e vislumbre das possibilidades de acompanhamento e rendimento de aprendizagem.

FIGURA 2

O infográfico 1 representa o processo evolutivo do projeto.



Entendendo também a dificuldade que os agricultores enfrentariam para frequentar os módulos do curso, deixando por uma semana seus lotes sob os cuidados de alguém da família, bem como o quanto seria valorizada a aprendizagem se seus saberes fossem incluídos no contexto de construção da aprendizagem, optou-se pela *Pedagogia da Alternância*. A avaliação, o processo avaliativo como um todo, requereu reflexão, discussão coletiva, busca de transformações e de novas formas de avaliar o que estava sendo transformado: nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) não há requisitos constritores para o acesso ao ambiente de aprendizagem.

Os agricultores apresentaram diversos níveis de educação formal, de pessoas analfabetas, a pessoas com ensino médio completo. Todos indistintamente foram incluídos no mesmo processo de aprendizagem, das aulas teóricas às práticas, aos laboratórios nos câmpus, às aulas de campo na Unidade Referencial do Jequitibá. A avaliação neste projeto é entendida como diagnóstica, dentro de um processo investigativo e inovador, orientadora, à medida que ajusta o planejamento das ações de aprendizagem e promove inclusão, à medida que reconhece e valoriza os saberes trazidos pelos agricultores.

Compartilhamos do entendimento de que a educação pode melhorar, que esse é em sua essência um processo de aprendizagem social e que se baseia em diagnósticos dos problemas, aliados à avaliação contínua dos resultados. Para tanto, foi construído um sistema de experimentação com este projeto, de modo a observar-se a evolução do processo de transformação através da aprendizagem coletiva.

Como o ambiente é de jovens e adultos, o construto teórico do Proeja, integrado à educação profissional e tecnológica, forneceu as diretrizes ao fazer pedagógico do projeto.

Assim, ao avaliar a aplicação prática dos conhecimentos, técnicos da Emater, professores do Ifro e os próprios agricultores puderam verificar

os resultados positivos da aplicação, tanto da metodologia quando da pedagogia: permanência no curso, 97%; aproveitamento alto, média de 87%; avaliação *in loco* positiva, média de 95% dos lotes registrando melhoras na produção e no manejo.

A metodologia promoveu ainda a elevação da autoestima das pessoas beneficiadas, trouxe reconhecimento positivo de valor pela comunidade aos que estavam, no início, compreendidos como analfabetos funcionais, inclusive valorizando a figura feminina no assentamento. Dos 45 alunos, 21 eram agricultoras.

Com as mudanças trazidas pela Portaria nº 981, os dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) revelam que as mulheres estão plenamente inseridas na reforma agrária, reconhecidas inclusive, como titulares de lote. Em 2007 as mulheres já representavam 55,8% dos beneficiários da reforma agrária. Delas, 23% são reconhecidas *chefes de família*.

Atualmente, as diretrizes para aplicação de serviços de Ates (Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária) incorporam a perspectiva de gênero nas atuações junto aos assentamentos, visando contemplar igualmente as necessidades de mulheres e homens que vivem no campo.

Finalmente, a experiência da Unidade Referencial representou importante palco de aprendizagem e de compartilhamento das descobertas. A comunidade unida aprendeu e ensinou. As avaliações foram realizadas *in loco*, no assentamento, na Vila Nova Esperança, que acompanhou a evolução do curso, registrou os avanços e dificuldades, celebrou a construção do conhecimento compartilhado e solidário. A promoção da união entre os assentados foi mais uma consequência benéfica observada. Uma nova sociedade fundada na igualdade de oportunidades, na igualdade política, econômica e social estava nascendo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ofertar e promover acesso à educação é exigência democrática, o que demanda articulação dos projetos pedagógicos com os setores produtivos, culturais e sociais em sua plenitude. A educação não formal toma, portanto, dimensões maiores e mais desafiadoras, em contrapartida, mais includentes também.

A gestão participativa produz frutos rapidamente, em cada resultado apontado percebe-se o amadurecimento da tomada de decisões pela comunidade. Supera-se a condição de beneficiários de políticas compensatórias e adquire-se um perfil novo, ajustado às diretrizes das políticas nacionais, bem como das regionais, estaduais e locais. Há nova construção social, o reconhecimento do direito de cidadania, o que contribui para a democratização das relações humanas, das relações de trabalho no mesmo espaço social, inclusive, desenvolvendo nas pessoas beneficiadas uma noção de pertencimento e de solidariedade.

O empoderamento das comunidades beneficiadas se apresenta em forma de novas demandas, mais específicas e mais bem elaboradas.

Políticas públicas de educação atuam desse modo na construção de uma escola parte da comunidade, em espaço privilegiado, de integração, de entendimento e organização social democrática, escola reconhecidora e valorizadora de saberes, escola que respeita e é respeitada. Escola *parte* integrante do núcleo social, cultural e produtivo.

As realidades experimentadas no *Projeto Jequitibá* produziram autonomia, empoderamento da comunidade, controle social e inclusão. O projeto continua, seu caminhar de crescimento se fortalece, ajustando-se conforme os diálogos se intensificam e aprofundam.

Novos diálogos identificarão novos *quereres* dessa comunidade, população que hoje confia e espera novas ações por parte do Instituto Federal de Rondônia. Mais uma etapa, modelagem ajustada e desafio assumido: o *projeto de Nação* a que os institutos vieram torna-se efetivamente realidade.

### FIGURA 3

Agricultores do Assentamento Jequitibá embarcam rumo ao Câmpus Ariquemes para mais uma etapa do curso FIC em Agricultura Familiar. 2011. BR 364. Assentamento Florestal Jequitibá.



## REFERÊNCIAS

GUIA da metodologia de acesso, permanência e êxito do Mulheres Mil. Disponível em: <[http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2013/05/08.01.13\\_Guia-metodologico-mulheres-mil.pdf](http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2013/05/08.01.13_Guia-metodologico-mulheres-mil.pdf)>.

INFOGRÁFICO JEQUITIBA. Porto Velho: Instituto Federal de Rondonia, 2011.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia. *Cadernos de Formação*, Brasília: MDA, 2009

MEDICI, André Cezar. Propostas para melhorar a cobertura, a eficiência e a ualidade no setor saúde In: BACHA, Edmar Lisboa; SCHWARTZMAN, Simon. (Orgs.) *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PACHECO, Eliezer. (Org). *Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. *Documento base*. Brasília: 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_fundamental\\_ok.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf).

ZART, Laudemir Luiz. (Org.) *Educação e socio-economia solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade*. Cáceres: UNEMAT, 2005.